

Benefícios da formação continuada em Artes

Mileni Vanalli Roéfero

Recebido: 18/08/2018

Aprovado: 20/10/2018

Este artigo resulta do trabalho de conclusão de curso da especialização em Arte na Educação pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) e tem como objetivo geral reconhecer, na formação continuada, um meio de amenizar o impacto negativo da polivalência em Artes. Discutimos sobre a conceituação da formação continuada e o ensino de artes a partir de autores como Rankel e Stahlschmidt (2009), Gatti (2008), Hypolitto (2000), entre outros. Também, da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96. Isso, como forma de buscar algumas definições legais acerca do tema tratado. Como objetivos específicos, buscamos: 1) analisar literaturas que versem sobre formação continuada; 2) discutir sobre o conceito de Arte na escola; 3) conhecer os benefícios da formação continuada para o ensino formal de Artes. Ao fim da discussão, concluímos que, apesar das limitações existentes, a formação continuada se apresenta como uma possibilidade de auxiliar na redução dos obstáculos no ensino regular causados pela polivalência.

Palavras-chave: teatro; formação continuada; polivalência.

INTRODUÇÃO

A Arte é uma disciplina obrigatória na educação básica desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Lei nº 9.394/96 - legislação responsável por reger o sistema educacional no Brasil, desde a educação básica até o ensino superior. Apesar da sua regulamentação, não podemos confirmar se ela é valorizada, visto que em 2015, uma atualização da mesma Lei propunha tornar a disciplina facultativa. Essa possibilidade só pode ser cogitada quando não se reconhece a influência positiva que a Arte exerce no ambiente escolar e social, além da contribuição que a mesma proporciona na evolução dos aspectos pessoais. Além disso, a disciplina de Artes é composta por quatro linguagens artísticas distintas (Artes Visuais, Música, Dança e Teatro) que quase sempre foram ministradas conjuntamente. O problema desta questão é que não há um curso superior regulamentado

que capacite um profissional, em nível superior, para ministrar a disciplina de modo polivalente, ou seja, com habilitação para lecionar as quatro linguagens sem defasagem de conteúdo. Por outro lado, parece haver certo desconhecimento por parte das equipes diretivas e pedagógicas de secretarias de educação e escolas sobre como acontece a formação em Arte desde a promulgação da Lei ° 9.394/96. Assim, na prática, o ensino da Arte na escola parece ainda estar conduzido pelas regras da antiga Educação Artística, na qual a polivalência impera, e os professores são, muitas vezes, pressionados a desenvolver conhecimentos que não fizeram parte dos conhecimentos pedagógicos adquiridos por eles. Assim, todos saem perdendo: os estudantes por terem experiências artísticas fragmentadas, muitas vezes ineficientes e desestimulantes. Os professores, pois não foram preparados para esta realidade que, em tese, já não faz mais parte das políticas educacionais, seguindo a legislação vigente. A escola e a sociedade como um todo, dado o significado da arte para a construção de valor estético e humano, e para a consolidação de uma educação que preza pela educação de seres mais críticos e perceptivos com o mundo a sua volta, mais engajados e sensíveis às mudanças do mundo contemporâneo.

Estas questões tornam o ensino de Artes cada vez mais fragilizado, vulnerável e, conseqüentemente, desvalorizado. Essa desvalorização é decorrente de fatores de diferentes dimensões, desde a ausência de políticas públicas que potencializem a continuidade da disciplina na grade curricular e a reestruturação ou divisão da disciplina em quatro áreas até a desvalorização, muitas vezes, por parte do próprio profissional, que não reconhece na Arte um campo de pesquisa científica que exige constante atualização e aperfeiçoamento do conhecimento.

Como forma de reparar as lacunas existentes no ensino de Artes e conquistar, dia após dia, a valorização do seu espaço no ensino regular e na sociedade, algumas estratégias foram criadas e, dentre elas, a formação continuada, que é o que nos interessa neste artigo, especificamente.

Este artigo possui o objetivo de, por meio do estudo sobre a formação continuada, identificar maneiras de amenizar o impacto negativo da polivalência em Artes. Esse trabalho pode contribuir com a expansão e o aprofundamento dos estudos e da sistematização da pesquisa em Artes, fortalecendo a comunidade acadêmica e científica da área.

A metodologia deste trabalho é composta por uma revisão de literatura, perpassando por trabalhos que discutem o ensino de Artes e a formação continuada. A pergunta que respondemos nesta pesquisa foi: “Por que a formação continuada em Artes é importante e como ela pode auxiliar na redução dos impactos negativos da polivalência?”. Para isso, buscamos entender o que chamamos de “formação continuada” e os benefícios para a docência daqueles que adotam essa prática. Na segunda etapa, buscamos compreender de modo sistemático e científico o que se entende por Arte. Nessa discussão, trouxemos autores como Rankel e Stahlschmidt (2009), Gatti (2008), Hypolitto (2000), Freire (1996), Nascimento (2012), etc.

Na terceira e última etapa confrontamos os dados encontrados nas duas buscas anteriores: de um lado, a teoria sobre o ensino de Artes; de outro, a discussão sobre a formação continuada. Ao colocá-las em discussão, foi possível depreender a importância da formação continuada para o ensino de Artes e quais as contribuições da mesma para amenizar os impactos negativos da polivalência vigente no ensino regular de Artes no Ensino Básico atualmente.

FORMAÇÃO CONTINUADA: DEFINIÇÕES

Tendo em vista que o termo formação continuada é muito utilizado por se referir a uma prática regular, principalmente para profissionais da área da educação, é necessário compreender, pontualmente, o que essa terminologia significa. Conforme consta no Art. 62 do Título VI da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, “A formação de docentes para atuar na

educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação” (n.p.), ou seja, compreendemos que a formação inicial do docente se configura pela graduação cursada. No parágrafo único do Art. 62, a lei garante que a formação continuada é assegurada aos profissionais “no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação” (n.p.).

Além da definição legal trazida acima, Hypolitto (2000), professora do curso de pedagogia da Universidade São Judas Tadeu, escreveu, em um artigo extraído de sua dissertação, sobre as diversas definições utilizadas ao longo dos anos para designar a formação continuada. A autora elenca uma série de termos, seus significados e as razões pelas quais eles caíram em desuso. No final do artigo, ela apresenta a palavra “capacitação” como sendo a melhor definição até então. Segundo a autora,

A capacitação de um educador deve ir muito além de uma ação de treinamento obtida por curso ou orientação técnica, por exemplo. A mudança na prática do professor envolve alterações na sua visão de mundo e em seus valores. Portanto, mudar a prática significa alterar o nível de consciência do educador atingindo valores que norteiam a vida do cidadão educador (HYPOLITTO, 2000, p. 102).

Apesar de o argumento e o termo serem os mais próximos do que se conhece a respeito da formação continuada, a própria autora explica que é uma nomenclatura recente e que continua em aprimoramento, ou seja, nomenclaturas mais atuais e adequadas podem surgir. Ainda hoje, apesar de terem se passado alguns anos desde a publicação deste artigo, existem discussões a respeito da conceituação do termo, de acordo com Castro e Amorim (2015). Neste texto, eles discutem que o espaço de formação (inicial e continuada) ideal é aquele “em que a pessoa do profissional não apenas seja considerada em sua plenitude, mas que também assume o protagonismo

do processo da sua formação” (p. 51), ou seja, ser autor do seu próprio processo formativo, como defende Freire (1996), é o cenário ideal. Principalmente quando falamos de um processo de ensino e aprendizagem que seja humano e vise, sobretudo, a formação de um sujeito crítico e reflexivo. Para mediar esse tipo de formação, é necessário que se tenha percorrido um caminho semelhante, pois “Para emancipar a outrem, é preciso que se tenha emancipado a si próprio” (RANCIÈRE, 2017, p. 57).

ARTE NA ESCOLA

A escola de Ensino Básico tem em seus planos a organização de uma estrutura planejada para atender às necessidades dos estudantes, que para além do espaço físico, é focada no atendimento às demandas pedagógicas (NASCIMENTO, 2012), determinadas pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) - plano que orienta toda a organização estrutural, pedagógica e social da escola. Este, por sua vez, é regido por documentos oficiais como o Plano Nacional da Educação (PNE) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Dessa forma, sabemos que a escola, tal como a conhecemos, só é possível devido às sistematizações, planejamentos e definições de metas (numéricas e de conteúdos).

A Arte está entre as disciplinas obrigatórias desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 9.394/96, contemplando as linguagens artísticas Música, Dança, Artes Visuais e Teatro. Porém, como já visto, existe um descompasso entre formação e atuação, uma vez que a formação em nível superior é específica e, nas escolas, ainda se faz presente concepções sobre o ensino da Arte que defendem a polivalência, na qual o professor seria responsável por inserir em seus planos de ensino conhecimentos específicos das quatro áreas da Arte. Além disso, existe um agravante, que é a quantidade de horas/aula destinadas ao ensino da Arte - normalmente se restringe a uma ou duas horas/aula semanais. Estes fatores contribuem para com o enfraquecimento da Arte na escola (BARBOSA, 1989), visto que o professor responsável pela disciplina acaba tendo

que selecionar, dentre os conteúdos disponíveis no PPP, os que ele considera mais relevantes, ou aqueles que ele acredita ter mais domínio – em especial das áreas artísticas para as quais não foi habilitado. Assim, de um lado temos um professor sendo, muitas vezes, obrigada a ensinar aquilo que não compete à sua formação, de outro temos estudantes que acabam por não receber uma formação artística de qualidade/integral, em todas as áreas de conhecimento da Arte.

Na prática, o que a realidade tem mostrado é que a pressão sofrida pelo professor o coloca em uma situação complexa, na qual ele se vê obrigado a seguir determinações, pois são de ordem superior e, assim, acata a conduta e cria maneiras que considera “menos prejudiciais” de fazer com que a Arte chegue aos seus estudantes.

Neste ponto, um fator importante a se considerar é que, historicamente, não existem professores com formação em Arte em número suficiente para atender às demandas de nosso país. Fator que contribui negativamente e, juntando-se aos demais, além de causar prejuízos desastrosos no campo formal do conhecimento em Artes, contribui com a reafirmação de que a Arte é apenas um momento de distração para os estudantes e que, por essa razão, pode ser ajustada ao tempo restante na grade curricular.

Uma das lutas travadas pela área da Arte há tempos, para buscar mudanças do quadro apresentado, é pela mudança nas legislações e nos sistemas de ensino. Porém, trata-se de uma luta árdua e extremamente difícil. Para modificar uma legislação e um sistema de ensino já enraizado há anos é necessária uma complexa organização de frente de luta por parte dos interessados, além de parcerias políticas e institucionais. Como essa é uma mudança que demanda tempo, organização e enfrentamento e, além disso, considerados o descaso da área e uma complexa demanda de trabalho dos professores, estes acabam “vencidos pelo cansaço” e se veem na posição de acatar as determinações e fazer o melhor que podem dentro do tempo de atuação que lhes é determinado.

Com tal enfraquecimento, a Arte muitas vezes é vista de

modo utilitário, ou seja, uma ferramenta útil para cumprir objetivos passageiros como decoração de ambientes para festas típicas, apresentações em datas festivas, produções artísticas para presentear familiares e até mesmo uma possibilidade dinâmica e lúdica de se ensinar assuntos de outras disciplinas.

É certo dizer que a Arte - e cabe dizer também a Arte enquanto disciplina escolar - não se finda nela mesma, ou seja, ela está para além das suas capacidades artísticas específicas. Ela tem profundas contribuições para o desenvolvimento do estudante em sua formação integral, aprimorando os aspectos da vida pessoal, social, política e econômica, ou seja, “[...] ocupa papel importante na formação crítica e expressiva do estudante pela oportunidade de oferecer subsídios para desenvolvimento de atividades que promovam a criatividade e oportunizem o pensamento crítico” (CALDAS *et al.*, 2017, p. 165). Porém, esse nível de elaboração cognitivo só é possível de ser alcançado se a Arte deixar de ser vista apenas como disciplina complementar e restrita, muitas vezes, somente às funções auxiliares.

A disciplina de Artes - assim como o sistema educacional e as demais disciplinas de modo integral - têm sofrido modificações de acordo com a corrente pedagógica adotada em cada período. Por conta disso, a Arte já passou por abordagens metodológicas e concepções distintas - que não cabe esmiuçar aqui por fugir ao assunto central. As tendências pedagógicas atuais têm olhado para as Artes de modo mais complexo e integral, identificando nela objetivos que vão para além do desenvolvimento de habilidades artísticas. Para isso, precisa-se compreender “[...] a importância de um trabalho contextualizado e diferenciado, buscando possibilidades em que exista um diálogo entre os campos de conhecimento e não apenas a utilização submissa de uma área enquanto meio para se ensinar outra” (CALDAS *et al.*, 2017, p. 164). Por exemplo, o estudante vai, durante as atividades desenvolvidas, aprimorar a coordenação motora fina, exercitar a criatividade e conhecer aspectos históricos importantes na teoria artística, mas, além disso, ele pode desenvolver o senso de coletividade, a habilidade de solucionar problemas,

a capacidade de refletir criticamente e a sensibilidade de se colocar no lugar do outro, se apresentando, então, como “uma das possibilidades que tem o educando de relacionar-se com o meio social de forma mais prazerosa” (NASCIMENTO, 2012, n.p.). Porém, este tipo de trabalho deveria estar associado ao trabalho de integração curricular, ou a algum tipo de prática interdisciplinar, não pela banalização dos conhecimentos artísticos que muitas vezes ocorre pela prática da polivalência no ensino da Arte.

BENEFÍCIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O ENSINO FORMAL DE ARTES

Levando em consideração a definição especificada sobre formação continuada pela LDB e as dificuldades acerca da polivalência em Artes, olhamos para a formação continuada como uma possibilidade de amenizar os impactos negativos apontados. Evidentemente, essa não é a solução ideal e não se pode olhar para ela como definitiva, visto que a melhor solução seria reestruturar todo o sistema educacional e os documentos oficiais, acrescentando à grade curricular as quatro linguagens artísticas como disciplinas individuais, ministradas por profissionais especialistas em cada abordagem. Mas, como essa é uma modificação extensa, complexa e que envolve fatores que estão muito além da vontade de um grupo de pessoas, é possível sim pensar nessa transformação, porém ela só poderá se concretizar em longo prazo. Enquanto essa modificação não acontece, muitos estarão se formando e passando pelo currículo vigente atualmente, então, nos resta pensar em possibilidades de melhorar os processos formativos e diminuir, ao máximo possível, as lacunas existentes entre as linguagens artísticas e a formação específica do profissional docente.

Identificamos na formação continuada uma chance de tornar essa medida possível. Apesar disso, é importante fazer uma ressalva: devido às exigências governamentais e à necessidade de títulos e capacitações para receber bonificações e progressão na carreira, existe, atualmente, um conjunto de opções formativas totalmente heterogêneo, em formatos e de

naturezas distintas - sobre os quais, evidentemente, não se pode atestar a qualidade. Então, é importante que o profissional que se disponibiliza a participar de uma formação continuada, escolha um curso que seja bem estruturado com a intenção de complementar a formação inicial e aprofundá-la (GATTI, 2008). Para isso, o curso precisa ser ministrado por profissionais capacitados e interessados em viabilizar uma troca rica e efetiva.

Feita a ressalva, continuamos para explicar as razões que nos levam a acreditar na formação continuada como uma possível solução paliativa para a formação em Arte de forma a atender a demanda não de uma legislação - esta deve ser contestada por meio de lutas por mudança, como já apontado - mas sim, para atender a uma formação artística de melhor qualidade, que permita ao estudante ter acesso às quatro áreas do conhecimento em Arte, em que ele possa ver e sentir a Arte de forma séria, comprometida e significativa.

Primeiramente, cabe ressaltar que, no assunto sobre o qual tratamos neste artigo, que é a formação continuada para o Ensino de Artes, a formação continuada não surge, obrigatoriamente, para apagar uma falha da formação inicial, até mesmo porque não existe formação inicial em Artes polivalente, ou seja, não é possível graduar-se em licenciatura em teatro e música (pelo mesmo curso), por exemplo. Então, a formação continuada possibilita complementar o conhecimento de outra linguagem artística e trazer melhorias no campo do conhecimento e acesso a ele. A preocupação com a formação continuada existe porque

[...] trata-se de uma necessidade, tendo em vista a natureza inconclusa do ser humano, os limites da formação inicial, bem como a complexidade do trabalho docente e dos seus requerimentos para a prática profissional [...] trata-se de um processo de escuta, discussão e socialização da prática pedagógica, com o intuito de aprofundar modos de seleção, organização e construção do conhecimento (RANKEL e STAHLSCHEMIDT, 2009, p. 77).

Dessa forma, o docente estará em contato com outros estudantes e profissionais em constante atualização, o que auxilia no aprofundamento das discussões em nível científico, na ampliação da rede de contato e no aprimoramento da sua

didática e postura em sala de aula. Além disso, o docente que alicerça sua prática pedagógica em aspectos teóricos e reflexivos está confirmando, pela própria trajetória, a importância de se manter em formação, adquirindo novos conhecimentos (WENGZYNSKI e TOZETTO, 2012).

Pensando no desenvolvimento de conhecimentos artísticos de áreas distintas, um caminho possível, a partir de um processo de formação continuada, é a ênfase no planejamento e realização de práticas integradas, aproveitando temas que sejam afins e que possibilitem um diálogo direto entre duas ou mais áreas artísticas. Por exemplo: ao abordar as vanguardas europeias nas artes visuais, provavelmente muitas pinturas são apresentadas para exemplificar as características do período. Ao mesmo tempo em que aborda os aspectos teóricos das Artes Visuais, o professor poderia realizar uma prática de criação de figuras e/ou cenas improvisadas a partir das pinturas, utilizando os conceitos e as sugestões de jogos de Viola Spolin, autora americana que se dedica ao estudo de jogos de improvisação. A partir das pinturas e do que se sabe a respeito delas (contexto histórico, título etc), o professor poderia criar uma série de estímulos criativos (criação de cenas que representem os quadros, por exemplo) para que os estudantes tivessem a oportunidade de vivenciar uma prática teatral.

A partir deste exemplo queremos ressaltar que, por meio da formação continuada, pode-se pensar em diferentes maneiras de trabalhar conhecimentos das distintas áreas da Arte de forma integrada. Submeter-se a esse processo pode possuir uma relação direta com a mudança que se pretende estabelecer não só no ambiente educacional (e na estrutura falha que compõe o sistema de ensino atualmente), mas também na capacidade crítica e reflexiva dos estudantes.

A formação continuada por estas vias pode contribuir para diminuir as lacunas na formação artística dos estudantes ao mesmo tempo em que, também, pode ser usada como espaço de fortalecimento da própria área da Arte, visto que,

para além do foco em possibilidades de práticas, este deve ser um espaço que congrega reflexão e aprofundamento sobre o atual estado da área de Arte na escola e sobre as possíveis ações conjuntas que podem ser encaminhadas a partir das demandas dos próprios professores e da área, no que se refere tanto às políticas de formação, quanto às políticas que regem estruturação do ensino da Arte na Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arte - e a educação como um todo, como já dissemos - passou por momentos distintos de tendência pedagógica. Mas, ainda hoje, a Arte é vista de maneira equivocada, como uma disciplina complementar, que auxilia na concretização, de forma dinâmica, do conhecimento de outras disciplinas. Apesar de todas as conquistas e avanços que se materializaram em relação à Arte e seu espaço no ambiente social e escolar com o passar dos anos, ainda assim há um caminho a percorrer rumo ao efetivo reconhecimento da sua importância e valor.

Pensando na estrutura disposta para a arte no currículo escolar e no descompasso entre a exigência para com o docente e a formação oferecida para o exercício integral da função, identificamos a necessidade de um olhar especial para a formação continuada em Arte como espaço para o fortalecimento da própria área diante da comunidade escolar.

Em um primeiro momento, talvez a proposta de uma formação continuada que dê ao professor ferramentas que o permitam desenvolver propostas associadas às áreas da Arte que são distintas de sua formação inicial parece um fortalecimento da polivalência. Porém, acreditamos na necessidade de olhar com mais cautela para a formação continuada no que se refere à Arte na escola. Após as reflexões aqui apresentadas, ousamos dizer que ela (a formação continuada) pode servir como solução paliativa para os problemas emergentes no ensino da Arte na escola atual. Entre as consequências positivas desse processo formativo, listamos: a conquista do espaço do

docente e da disciplina de Artes no ambiente social e escolar, na medida em que o professor busca se manter atualizado e renovando as discussões no campo da Arte; a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, o aprofundamento das discussões e trocas em sala de aula, tornando o processo de ensino e aprendizado em Artes menos fragilizado e limitado e, por fim, a união da classe de docentes, artistas e pesquisadores e a confluência dos discursos de fortalecimento da luta a favor da Arte como campo de pesquisa científica.

Por fim, apesar das limitações existentes nesta discussão, ainda em andamento, a respeito dos entraves da formação continuada, consideramos que ela pode servir como alternativa viável, tendo em vista as condições da sociedade contemporânea, para amenizar os impactos negativos da docência em Artes no ensino regular.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Anna Mae. *Arte-Educação no Brasil, Realidade hoje e expectativas futuras*. Estud. av. v.3 n.7 São Paulo set./dez. 1989.

BRASIL. Lei 9.394, de 1996. Regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] *República Federativa do Brasil*, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 8 de agosto de 2018.

CALDAS, Felipe Rodrigo; HOLZER, Denise Cristina; POPI, Janice Aparecida. A interdisciplinaridade em arte: algumas considerações. *Revista NUPEART*, Florianópolis: UDESC, v. 17, n. 17, 2017, p. 163-173.

CASTRO, Marcelo Macedo Corrêa e; AMORIM, Rejane Maria de Almeida. A formação inicial e continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 35, n. 95, p. 37-55, jan.-abr, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008. p. 57-70.

HYPOLITTO, Dinéia. Formação continuada: análise de termos. *Integração-ensino-pesquisa-extensão*, São Paulo, n. 21, p. 101-103, 2000.

NASCIMENTO, Vanderléia Santos de Jesus. Ensino de Arte: Contribuições para uma aprendizagem significativa. *II Encontro FUNARTE – Políticas para as artes: interações estéticas em rede*. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, 192p.

RANKEL, Luiz Fernando; STAHLSCHMIDT, Rosângela Maria. Profissão Docente. *IESDE Brasil S.A*, 2009, 156 p.

WENGZYNSKI, Danielle Cristiane; TOZETTO, Soares Suzana. A formação continuada face as suas contribuições para a docência. *IX ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. 2012.